

ATA N° 11/2025

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 17h00 horas, reuniu-se o Comitê de Investimentos do Fundo de Aposentadoria e Pensão de Redentora (FAPS) no Centro Administrativo Municipal Silvestre Kolinski. Estiveram presentes os seguintes membros do Comitê de Investimentos: Fernando Pedroso dos Santos; Gestor de Investimento, nomeado pela portaria N° 175/2025, de 13 de fevereiro de 2025, Marília Roberti (suplente), Renan Formentini Pereira Valdir Antônio de Lima (suplente) e Celso Ignácio Kunz. Deu-se início a reunião com a apreciação do relatório CONJUNTURA ECONOMICA E FINANCEIRA, recebido pela Empresa REFERENCIA GESTÃO E RISCO, com os valores dos rendimentos referente ao mês de outubro do ano de 2025, que ficou no valor de R\$ 592.462,83, equivalente à taxa de rentabilidade do referido mês de foi de 1,20%, no acumulado, até o mês de outubro 10,7803% um rendimento total de R\$ 4.846.095,15, sendo que a meta atuarial estabelecida na Política de Investimento do ano em IPCA + 5,47%, 8,44%, sendo alcançando até este período o total de 127,70% da meta atuarial. Considerando os valores aprova-se o Relatório de "APR" do mês de OUTUBRO, a distribuição dos ativos que compõem a carteira por fundo de investimento do RPPS nas quatro Instituições Financeiras ficou da seguinte maneira: Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul R\$ 13.062.634,01, no Banco do Brasil R\$ 10.307.733,08 e na Caixa Econômica Federal R\$ 12.681.054,52 e na Cooperativa Sicredi Raízes R\$ 13.847.099,53, totalizando em aplicações o montante de R\$ 49.898.521,16, sendo R\$ 49.531.146,56 em RENDA FIXA e R\$ 367.374,58 em RENDA VARIÁVEL, mais um valor de R\$ 119.085,24 disponível em conta corrente, montante total entre aplicações e disponível em conta corrente um valor de R\$ 50.07.606,40, no final do mês de outubro de 2025. Outubro foi um mês de ajustes e reposicionamento na economia global e nacional. No cenário internacional, Estados Unidos e China avançaram em um acordo de cooperação econômica, reduzindo tensões comerciais e indicando uma fase de maior estabilidade nas relações globais. Autoridades norte-americanas também iniciaram diálogos sobre revisão de tarifas bilaterais com diversos parceiros, incluindo o Brasil, o que favoreceu o ambiente de negócios e as expectativas de recuperação das cadeias produtivas. Na Europa, o Banco Central Europeu manteve as taxas inalteradas e indicou pausa no ciclo de cortes, com a inflação estabilizada em torno da meta de 2%. No Brasil, as projeções de crescimento foram revisadas positivamente e o comportamento do crédito, mesmo com juros elevados, passou a ser acompanhado de perto, indicando resiliência econômica e desafios para a política monetária, o noticiário mesclou avanços institucionais e desafios fiscais. A aprovação da reforma do Imposto de Renda pela Câmara, com ampla maioria, foi interpretada como vitória política relevante, fortalecendo a percepção de governabilidade. Por outro lado, a rejeição da MP 1.303 representou um revés importante para o equilíbrio das contas públicas, exigindo novas iniciativas do Ministério da Fazenda.

Renan Formentini Pereira, Marília Roberti, Celso Ignácio Kunz, Fernando Pedroso dos Santos

O principal desafio para a política monetária brasileira em 2025 segue sendo a convergência da inflação para a meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Definida em 3,0%, com intervalo de tolerância entre 1,5% e 4,5%, a meta funciona como âncora para as decisões do Banco Central. Os fatores que mantêm a inflação em patamar elevado são intensificados por pressões internas e externas. O IPCA-15 de outubro subiu 0,18%, abaixo das projeções, e o IGP-M recuou 0,36%, refletindo queda nos preços de commodities agrícolas. A taxa de desemprego atingiu 5,6%, a menor da série histórica, enquanto a renda real segue em recuperação. O Banco Central mantém discurso firme sobre o controle inflacionário, embora o ambiente de inflação cadente e atividade mais fraca alimente expectativas de flexibilização adiante. Conforme esperado, o BC manteve a taxa Selic em 15,00% na reunião de novembro. Ainda assim, mantemos a gestão ativa, dada a persistência de incertezas nos cenários fiscal e inflacionário. Mesmo diante de maior otimismo, a postura segue conservadora. Para perfis mais defensivos, sugerimos foco em ativos de menor volatilidade, como IRF-M1 e DI. Para ativos indexados à inflação de maior prazo (IMA-B), mantemos exposição entre 0% e 15%. Os ativos prefixados (IRF-M) seguem a mesma indicação. Ativos de maior duration, como IRF-M1+ e IMA-B 5+, ainda demandam prudência e não são recomendados no momento. Já para prazos intermediários, como IDKA 2 e IMA-B 5, seguimos exposição controlada entre 5% e 15%. Salientamos ainda que as medidas estão sendo levadas em consideração o cenário Interno atual e as expectativas do Mercado Global, visando uma postura conservadora, ativos de menor volatilidade e estratégias de gestão ativa, "cautelosa", o que pode ajudar a proteger contra as flutuações do mercado financeiro e oferecer um retorno mais estável Independentemente do perfil, reforçando a importância de manter ativos de proteção na carteira dos RPPS. Referente a reforma da Previdência, necessária após emenda constitucional Nº 103/2019 o Município de Redentora bem como seu RPPS, já editaram suas leis e as publicaram, e são as seguintes: LEI COMPLEMENTAR Nº 001, DE 19/11/2025, ESTABELECE PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE REDENTORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LEI MUNICIPAL Nº 2.973, DE 19/11/2025, DISPÕE SOBRE O PLANO DE FINANCIAMENTO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE REDENTORA. LEI MUNICIPAL Nº 2.974, DE 19/11/2025, DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE REDENTORA – FAPS. Para mais informações referentes a este RPPS, pode ser consultado relatórios junto ao site da prefeitura Municipal de Redentora-RS no link. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião e lavrou-se a ata, redigida pelo Gestor de Investimentos, assinada por todos os membros do Comitê, nominado, inicialmente.

Renato Fontenau Pires, Afonso, Mariana Rolati, João Luiz
Fernando Feres